

4. Herança partilhada

Teresa Soeiro, Lúcia Rosas e Mário Barroca

Em memória de Carlos Alberto Ferreira de Almeida

Diferentes caminhos nos trouxeram até à FLUP, onde entramos na juventude para permanecer com breves intermitências. Aqui fizemos a licenciatura em História e, sendo já assistentes, as provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, à falta de Mestrado, a que se seguiu o Doutoramento.

TS – Cheguei à FLUP, como aluna, ainda no fim do marcelismo, quando a contestação estudantil estava ao rubro e o 1º ano do curso de História tinha componentes bastantes desinteressantes. Como poderiam as longas *dinastias* da Assíria e Babilónia ou os centímetros da lança dos legionários romanos, que nos queriam fazer decorar, competir com a urgência de clamar por um futuro diferente para o país e para a escola, onde não se franqueasse a entrada para as investidas policiais do capitão B.?

Destes dias passados entre o Piolho e a Faculdade, ainda instalada no atual edifício das Biomédicas, recordo pela positiva dois professores. Januário Torgal, bom comunicador, e entusiasta do que nos lecionava, Cultura Clássica. Foi a ele que tocou a aula da manhã do 25 de abril, em que expôs a matéria prevista e de seguida não se furtou a comentar o que se passava na rua. O outro docente que prendia a nossa atenção, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ensinava Pré-história de uma forma algo bizarra. Nesses verdes anos tínhamos dificuldade em perceber que, por exemplo, numa aula nos falasse das linhas de força da hominização, assunto já de si difícil, e uma semana depois mandasse riscar os apontamentos porque lera obras acabadas de publicar onde se formulavam novas hipóteses.

A prática arqueológica aprendia-se na estação-escola de Fiães, onde os alunos interessados eram convidados a participar na escavação, aos sábados. No verão a pesquisa prosseguia no Citânia de Sanfins.

E assim decorreu o ano até que, depois de mais uma entrada policial e dos consequentes processos de suspensão de colegas, chegou a primavera de 74 e a Faculdade transbordou em iniciativas. Foi o encantamento de escutar proeminentes figuras da cultura internacional que queriam o debate, as intermináveis reuniões para montar os novos currículos, a vontade de sair fora de portas e estudar o *país real*.

Embora gorado, o projeto de ir em equipa para a aldeia de Pitões das Júnias realizar a monografia da comunidade abriu-nos novos horizontes. A preparação fez-se com cursos breves, aos estudantes foram distribuídos os temas e emprestada a bibliografia. Não tivemos condições de seguir para Montalegre, mas a Etnografia veio para ficar.

distribuídos os temas e emprestada a bibliografia. Não tivemos condições de seguir para Montalegre, mas a Etnografia veio para ficar.

LR – Quando, no ano letivo de 1975/1976, entrei para a Faculdade de Letras escolhi o curso de História. Os alunos podiam então definir praticamente todo o seu plano curricular, excetuando uma ou duas disciplinas obrigatórias em cada ano.

A escolha que fiz teve como única motivação o interesse pelas matérias ou seja, optei exatamente pelo que mais me agradava. Etnografia Portuguesa, Movimentos Populares na Idade Média e História Contemporânea II parecem configurar um conjunto incoerente para a formação de um estudante que acaba de entrar para o 1.º ano. Cronológica e tematicamente é certo que o era, mas nem por isso deixou de ser decisivo para a minha formação e, sobretudo, para despertar vocações que até agora têm marcado a minha vida académica.

Na disciplina de Etnografia Portuguesa, tanto o programa como as matérias leccionadas nas aulas deixavam uma impressão caótica. Que matéria é esta? Que relação existe entre as partes? Aparentemente, nenhuma. Ouvir durante duas horas, numa sala gelada do Seminário de Vilar, discorrer sobre a *Flauta Mágica* de Bergman ou sobre a bênção do gado em dia de S. Mamede – quando se enfeitavam as vacas com flores e fitas coloridas – era então, ora incompreensível ora fascinante, ora fator de risos incontroláveis.

Mas não tenho dúvidas em dizer que a forma de pensar e de abordar os temas constituíram uma experiência de alargamento de horizontes, de liberdade de pensamento, de entender que não importa só saber os factos. É preciso interrogá-los e relacioná-los entre si. Ao longo do curso houve certamente várias disciplinas de que não gostei. Quase não me lembro delas. Tenho agora muito mais a consciência do sentido inovador dos temas e perspectivas que tive a sorte de aprender.

MJB – Em dezembro de 1978, quando se iniciava, calmamente, o ano letivo de 1978-1979, entrei pela primeira vez nos portões do nº 1055 da Rua do Campo Alegre, para onde a FLUP se tinha transferido. A variante de História da Arte e Arqueologia do curso de História acabara de surgir e foi nela que me matriculei. Os meus interesses estavam, então, direcionados para a Arte Contemporânea, particularmente para os anos 60 do século XX e para as tendências mais vanguardistas. À entrada para a Faculdade, tudo nos parecia novo e fascinante. Procurávamos assistir a todas as iniciativas que nela decorriam, procurando tirar delas o máximo partido. Recordo-me que, poucos meses depois de se iniciarem as aulas, em março de 1979, estavam marcadas umas provas de Doutoramento, as primeiras que presenciei. Sem saber muito bem em que consistiam aqueles dois dias de provas, resolvi ir assistir. O doutorando chamava-se Carlos Alberto Ferreira de Almeida, para mim (ainda) um ilustre desconhecido. Sentados na mesa do júri estavam alguns historiadores que conhecia de leituras (A. H. de Oliveira Marques, José Mattoso). E eu, num anfiteatro apinhado de gente, mal sonhava que estava a assistir ao doutoramento de alguém que iria mudar o curso da minha vida.

As aulas do primeiro ano convenceram-me que a Arqueologia era a área a que me iria dedicar, mas foi no segundo ano, com as disciplinas de Arqueologia Medieval e de Arte Medieval, lecionadas por ele, que o meu percurso ficou definitivamente traçado. Para quem foi seu aluno é difícil esquecer a forma como lecionava, o seu estilo inconfundível, a maneira como conseguia transformar temas aparentemente áridos em verdadeiras Lições, convocando conhecimentos de natureza muito diversificada, como só ele, com a sua vasta cultura, conseguia fazer. E, por vezes, as melhores aulas nem eram as que estavam programadas, mas aquelas onde, ao entrar na sala, dizia, perante uma plateia atônita: *"Hoje devia falar sobre o tema ... Mas não me apetece. Vou antes falar sobre..."*. E, na inspiração do momento, via-se o brilhante professor, o verdadeiro docente *universitário*, cujo saber não se circunscreve ao âmbito da sua especialidade. Aquele segundo ano letivo acabaria por mudar, de forma indelével, o curso da minha vida. Mas na altura eu ainda não o sabia.

§

No início da década de oitenta, quando se tornava evidente a necessidade de uma maior especialização das licenciaturas, surgiram as variantes de Arte e de Arqueologia que estão na génese do DCTP.

Sem perder as disciplinas de enquadramento pertencentes ao curso de História, os planos de estudos refletiam a experiência acumulada e inovavam. Na variante de Arqueologia manteve-se a disciplina de Arqueologia Medieval, criada no âmbito da reforma da variante de História de Arte e Arqueologia, e permaneceram as Culturas Regionais Portuguesas, uma nova forma de glosar a Etnografia. Posteriormente veio a acrescentar-se a Arqueologia Moderna e Contemporânea, tudo disciplinas que nenhum outro curso universitário português então contemplava. Na variante da História da Arte a inclusão da Sociologia da Arte e das Teorias e Críticas da Arte contribuíram então para uma diversidade metodológica da área à qual se juntava a expansão dos conteúdos compreendendo toda a arte do século XX.

Estes currículos mais diversificados, coincidindo com a etapa em que vários docentes solicitaram dispensa para a preparação dos respetivos doutoramentos, criaram espaço para a abertura de concursos em que viríamos a ser recrutados. Este foi o início de uma outra experiência que não desmereceu o fundamental das lições anteriores: liberdade de crescimento, abertura a novos campos disciplinares e atualizadas metodologias e, sobretudo, autoridade sem imposição de poder, herança partilhada que recebemos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

Ainda assistentes estagiários, ensinamos disciplinas por inteiro, para as quais fazíamos o programa, definíamos a bibliografia, desenvolvíamos o método e realizávamos a avaliação, sem interferências que não as que nós próprios solicitávamos. Mesmo quando partilhávamos uma cadeira, os temas eram divididos, as aulas dadas por cada um e a classificação final ponderada, com assunção de responsabilidades, tudo no respeito intrínseco da pessoa e do papel do docente. A mesma atitude se estendeu à escolha dos temas para os nossos doutoramentos, onde sempre deu inteira liberdade,

contribuindo sempre para alargar a problematização e apenas impondo rigor e prazos na sua concretização.

Para além da componente letiva, era nas escavações e nas visitas de campo que melhor se aprendia. Monte Mozinho, Stº Estêvão da Facha, Castelo de Faria, ..., Baroña, Neixon, San Chuis, ..., são lugares de memória, marcos do nosso privilégio que tocou também alguns colegas galegos, como por várias vezes publicamente reconheceram, companheiros aqui, lá ou em deslocações a terras alheias. Foram repetidas semanas a escavar e a conviver, trabalho árduo que se prolongava gostosamente ao cair da tarde, em discussões sobre estratigrafias, materiais e interpretação histórica, seguidas noite dentro pelas mais variadas conversas.

Também as visitas de estudo e viagens tinham o sortilégio de saborear a paisagem, poder observar com vagar, poder discutir interpretações, aproveitar do saber caleidoscópico que nos surpreendia sempre com leituras originais.

§

Contando com um corpo de doutorados significativo e instalados nesta nova casa, foi ainda a capacidade agregadora e a independência de Carlos Alberto Ferreira de Almeida que respaldou a proposta de criação do departamento, contra ventos e marés. Mais uma vez se inovou, ao juntar às licenciaturas e mestrados de História da Arte e de Arqueologia (o primeiro do país) a pós-graduação em Museologia (a primeira existente nas universidades públicas, 1995) e a Ciência da Informação, que então se consolidou com a contratação de assistentes da especialidade, tendo como pilar José Marques.

Estava formalizada a proposta, de que ele foi o primeiro subscritor, íamos partir para um Verão de escavações e de férias, quando, de rompante, fomos surpreendidos pela notícia em que não queríamos acreditar.

O departamento seguiu o seu curso, incomparavelmente mais pobre, e nós continuamos a ler, a recordar e a transmitir o que nos ensinou.